
Comunicação e desigualdade: efeitos da prática jornalística na ocupação Vila Serrinha, em Mariana (MG)¹

Isabella Garcia MORAIS²

Hila RODRIGUES³

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

RESUMO

Esse artigo discute o papel social do jornalismo a partir da cobertura da desigualdade social na ocupação da Vila Serrinha, situada em Mariana (MG). Observou-se os efeitos da prática jornalística e da construção de narrativas na comunidade, considerando a participação dos moradores na conformação de reportagens. A pesquisa se deu a partir da análise dos processos que resultaram na gravação e edição de uma pequena série em *podcast*, produzida por alunos do curso de Jornalismo da UFOP entre os anos de 2021 e 2022. Esse percurso é examinado a partir de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade contemplada e também com as/os autores das reportagens que constituem o produto sonoro. O resultado final instiga a discussão sobre a potência e os efeitos desse tipo de cobertura em comunidades afetadas pelas desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Narrativas; Ocupação Vila Serrinha; Segregação residencial.

Introdução

A discussão aqui proposta tem origem em inquietações relacionadas não apenas ao papel do jornalismo no cotidiano do cidadão comum, mas, também, ao problema da moradia no Brasil, considerando a enorme desigualdade social perpetrada no país. A cidade de Mariana, primeira vila e capital de Minas Gerais, enfrenta cada vez mais desafios diante da ausência de novas políticas habitacionais capazes de fazer valer o direito constitucional à habitação digna.

Cláudia Damasceno Fonseca (1990), pesquisadora que, durante a última metade do século passado, dedicou-se a estudos específicos sobre a questão da moradia nessa

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ01 - Jornalismo do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023

² Graduanda do Curso de Jornalismo da UFOP, email: isabella.morais@aluno.ufop.edu.br

³ Doutora em Ciências Sociais, Professora do curso de Jornalismo da UFOP, email: hila.rodrigues@ufop.edu.br

região, assinala que, até o século XIX, a área urbana do município de Mariana ainda não havia sofrido grandes modificações. Entretanto, na segunda metade do século XX, com a chegada das empresas mineradoras para a exploração do minério de ferro, centenas de trabalhadores provenientes de outros lugares foram atraídos para aquele território. Com o salto populacional observado entre as décadas de 1970 a 1980 (GRACINO JUNIOR, 2007), o espaço urbano de Mariana cresceu de forma desenfreada, sem planejamento adequado. A partir desse momento, a população mais empobrecida passou a ser empurrada para as encostas dos morros e para as áreas do Ribeirão do Carmo, frequentemente atingidas pelas enchentes.

Esse cenário deu origem a um problema que perdura até os dias atuais. No ano de 2003, algumas iniciativas no campo da habitação chegaram a ser formuladas por meio do Plano Diretor e do Programa Mariana Legal (SILVA, 2019). Contudo, ainda que elas tenham sido implementadas nos anos seguintes, não foram capazes de solucionar as dificuldades enfrentadas pela parcela mais pobre da população marianense, que já ultrapassa a casa dos 60 mil habitantes numa área de 1.194 quilômetros quadrados. A ocupação Vila Serrinha, situada na chamada Cidade Alta, região do bairro Cabanas, é resultado desse processo. Ela emerge como um dos sinais mais evidentes do crescimento do déficit habitacional no município.

Os primeiros moradores da ocupação apareceram no ano de 2019. Diante do desuso social daquela área, pessoas oriundas de diferentes lugares – dentro ou fora da região de Mariana – passaram a construir ali as suas casas. Trata-se de um terreno ilegal, ainda não reconhecido pelo poder público municipal exatamente por ser alvo de disputas na justiça. Essa situação despertou a curiosidade de dois estudantes da graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Amanna Brito e Pedro Vieira. Na condição de universitários originários de outros municípios brasileiros, ambos também enfrentavam grandes – e variadas – dificuldades para se instalarem na cidade. Os preços inflacionados praticados no município, a insuficiência de bolsas e de outros benefícios de apoio a estudantes no governo Jair Bolsonaro, aguçaram a percepção dos estudantes acerca de problemas muito concretos relacionados à habitação em Mariana, especialmente para os segmentos de menor poder aquisitivo.

As andanças pela cidade, que passaram a explorar, levou-os à Vila Serrinha. Sensibilizados pela situação daqueles moradores, decidiram produzir um *podcast* a

partir das dificuldades e desafios impostos àquelas pessoas em função dos problemas relacionados à moradia⁴. O produto *Se essa vila fosse minha: relatos sonoros das vivências na ocupação Vila Serrinha*, foi realizado ao longo dos anos de 2021 e 2022. Além do produto sonoro, Amanna e Pedro registraram, num memorial descritivo, os detalhes do processo de elaboração do *podcast*, a partir das entrevistas feitas com os habitantes da Vila Serrinha. Nelas, os moradores tecem reflexões políticas e sociais sobre o contexto da habitação no Brasil e em Mariana.

Assim é que as inquietações dos dois repórteres diante do problema da moradia na cidade – agregadas ao desejo, por parte dos habitantes da ocupação, de debater os problemas por eles enfrentados – evidenciaram o potencial e a força da prática jornalística em locais afetados pela omissão (e opressão) por parte da gestão governamental. Esse artigo discute, portanto, o papel social do jornalismo na abordagem de temas atinentes à desigualdade (e aos efeitos dessa desigualdade) em regiões impactadas pela pobreza e pela precariedade. A pesquisa mostra como se deu o processo de intervenção desses dois repórteres – Amanna e Pedro – na Vila Serrinha. Foram observados de perto os efeitos do fazer jornalístico naquela comunidade, e também do processo de construção de narrativas com a participação direta dos moradores da ocupação.

Jornalismo, desigualdade e cenários de precariedade

O jornalismo é capaz de narrar o mundo – o mundo e suas discrepâncias, suas desigualdades. Há muito já se registrou, por exemplo, que o agrupamento de certos grupos sociais em locais nem sempre delimitados formalmente possui estreita relação com as desigualdades. Não raras vezes, os noticiários evidenciam essas disparidades e distinções, bem como as dificuldades das cidades e comunidades diante dos desafios impostos pelas acentuadas diferenças de renda e de oportunidades que, cada vez mais, comprometem a vida de milhares de pessoas pertencentes a camadas menos favorecidas da população – no mundo, e de forma bastante acentuada, no Brasil.

⁴ O *podcast*, intitulado “Se essa vila fosse minha: relatos sonoros das vivências na ocupação Vila Serrinha” foi produzido durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso de Amanna Luiza de Brito Nunes e Pedro Henrique Vieira. Está disponível em <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/4929>.

Contudo, o mesmo jornalismo é capaz de silenciar os segmentos mais vulneráveis da população – especialmente as classes mais empobrecidas. Nesse sentido, contribui, em larga medida, para fenômenos perversos como a segregação – aqui compreendida como um fenômeno que separa algumas coletividades de outras, evitando o convívio e a interação, e que envolve sobretudo as segmentações e as distâncias entre residências construídas em determinadas localidades (MONTEIRO, 2017).

Em Mariana – como em numerosos outros municípios brasileiros – a segregação parece estar no embrião de cada território a se tornar uma administração. No caso da primeira capital de Minas Gerais, por exemplo, as diferenças sociais ganham novas dimensões em 1711, quando ela se torna vila. Três décadas depois é que essa vila recebe a sede do novo bispado e passa a ser chamada de cidade. Fonseca registra que, no ano de 1745, cria-se o bispado e que, naquele mesmo ano, “a vila foi elevada à categoria de Cidade de Mariana, em homenagem à D. Maria Anna D’ Áustria, esposa de D. João V.” (FONSECA, 1995, p. 36). É a partir deste evento que o engenheiro e militar José Fernandes Alpoim é chamado para desenvolver o plano urbanístico da cidade. O documento continha o desenho do município, com seus edifícios, praças, moradias e ruas (MAIA, 2017).

A criação do plano urbanístico não impediu, contudo, que Mariana enfrentasse um processo de expansão populacional perverso, marcado pelo crescimento tumultuado da sua área urbana. Em outro estudo, o engenheiro e geólogo Ruzimar Batista Tavares (2006) assinala a ocorrência de um movimento caótico e desalinhado, marcado por um aumento populacional agregado a uma absoluta ausência de planejamento urbano:

(...) as cidades de Ouro Preto e Mariana e o distrito de Passagem de Mariana passaram a sofrer um processo de expansão desordenada. Em Mariana, além das ocupações das encostas, ocorreu também a ocupação das margens e planícies de inundação do Ribeirão do Carmo (TAVARES, 2006, p. 4)

Curioso é que Mariana passou por poucas alterações ao longo do século XIX, segundo os historiadores. Foi no início do século XX, com a construção da estrada de ferro, que a configuração de uma parte da cidade começou a mudar. Segundo Fonseca (1998), ali iniciava-se a “cidade nova”, como passaria a ser conhecida esta parte do

município” (p. 54). Anos depois, da chegada da estrada, em 1960, vieram as empresas mineradoras Samitre, Companhia Vale do Rio Doce e Samarco. A princípio, o objetivo das empresas era a exploração de minério de ferro (MAIA, 2017) e, nas primeiras décadas de trabalho, já era notório o rápido crescimento demográfico na cidade (GRACINO JÚNIOR, 2005). Trabalhadores e desempregados de outros municípios começaram a migrar para Mariana em virtude das oportunidades no campo da mineração. Muitos deles não eram considerados mão-de-obra qualificada para o mercado, mas permaneceram na cidade mesmo após a instalação das empresas (FONSECA, 1995). De 1970 a 1980, a população marianense cresceu de 7.720 habitantes para 12.853, uma diferença de mais de cinco mil pessoas (GRACINO JÚNIOR, 2007).

Com o processo de instalação das mineradoras finalizado e a chegada dos trabalhadores e suas famílias, iniciou-se o planejamento e construção das vilas operárias. As vilas eram destinadas aos trabalhadores das mineradoras e, neste mesmo período, surgiram outros bairros nas periferias de Mariana e nas encostas dos rios, as chamadas “prainhas” (GRACINO JÚNIOR, 2005). Esses bairros ribeirinhos eram resultado, como já mencionado, do processo de ocupação sem planejamento e sem amparo do poder público. Nessas regiões, concentravam-se, assim, as populações mais pobres que vieram de zonas rurais ou de outros municípios (idem).

Durante o processo de expansão dessas ocupações irregulares, em 1974, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação João Pinheiro pautaram a criação de um Plano Diretor. Mesmo que a necessidade do plano fosse evidente, não houve apoio financeiro e político (SILVA, 2019). Após essa falha na primeira tentativa de criação do plano, em julho de 2003, durante o governo do prefeito Celso Cota Neto, Mariana teve o seu Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal e instituído em lei (SILVA, 2019).

Junto ao Plano Diretor, foi criado também o *Programa Mariana Legal*, por meio do qual, através de ações promovidas pelo poder público, em conjunto com o setor privado, várias áreas de ocupações foram consideradas irregulares. Entretanto, o foco do programa não estava nas famílias dessas comunidades. Como observa Silva (2019, p.32), “o *Programa Mariana Legal* tem por foco a demolição de edificações e a

remoção de famílias, sem vincular essas ações à necessidade de demarcação de áreas dotadas de infraestrutura para a sua relocação”.

A partir do Plano Diretor, foram desenvolvidas outras políticas públicas voltadas para a questão habitacional marianense. Entre elas, a instituição do Fundo Municipal de Habitação, o Programa Municipal de Regularização Fundiária (PROMORAR); a implementação do Conselho Municipal de Habitação; o Programa de Habitação previsto na Lei Orgânica Municipal; o Programa Arrumando a Casa; a Lei de Cessão de Moradia; a Lei de Auxílio-Moradia e o Decreto de Concessão de Moradias Populares (SILVA, 2019, p. 32). Essas ações, contudo, nunca foram suficientes para solucionar os problemas habitacionais que, hoje, ainda dão origem a várias ocupações irregulares na cidade. Esse processo causa conflitos de variadas ordens e evidencia sobremaneira as desigualdades sociais que caracterizam a região.

Nesse cenário, a imprensa local – e nacional – ainda contribui muito pouco para a instalação de debates necessários no interior da cidade e no seu entorno. Ao longo dos anos de 2021 e 2022, dois alunos do curso de Jornalismo da UFOP, afetados, eles próprios, por problemas relacionados à moradia na cidade de Mariana, sentiram-se sensibilizados e atraídos pelas histórias de pessoas que moram na ocupação da Vila Serrinha, na chamada Cidade Alta. Movidos pela intenção de produzir pequenas reportagens, esses estudantes optaram pelo formato de um *podcast*, de modo a permitir que os moradores da ocupação fossem protagonistas de suas próprias histórias. Trabalhavam também com a expectativa de que o material fosse largamente compartilhado pela população marianense, viabilizando a instalação de debates com o poder público local.

Percursos e métodos de investigação

É esse o cenário que inspira este artigo, ancorado a dois eixos operadores principais: (1) o acionamento de autores e obras situadas nos campos das teorias do jornalismo e das ciências sociais – de maneira a ampliar o alcance dos conceitos e perspectivas aqui trabalhadas – e (2) a operacionalização de elementos constituintes da prática jornalística para conformar o debate proposto. Este estudo se dá, assim, a partir de alguns movimentos específicos, a começar pelo levantamento de trabalhos voltados

para a definição e problematização do papel social do jornalismo na sociedade – em especial em regiões afetadas por precariedades relacionadas à ausência (ou da insuficiência) de políticas públicas.

Em seguida, é feito um exame e uma discussão dos processos de construção de narrativas jornalísticas desenvolvidos a partir da realidade verificada na ocupação Vila Serrinha. Essa etapa exigiu um trabalho de campo minucioso, de modo a assegurar a observação e identificação dos efeitos, naquela comunidade, das atividades de apuração e de entrevista junto aos moradores da região. O trabalho de campo também permitiu o acompanhamento das técnicas empreendidas pelos estudantes de Jornalismo da UFOP durante a construção do produto midiático acerca da realidade da Vila Serrinha.

Desenvolveu-se, assim, uma análise dos efeitos da cobertura jornalística na coletividade da Vila Serrinha e em Mariana. Para isso, foram realizados dois conjuntos de entrevistas semiestruturadas: o primeiro com os moradores da ocupação e o segundo com os repórteres responsáveis pelos levantamentos, pelas entrevistas e pela edição que deram contornos particulares ao formato final do *podcast*. As entrevistas semiestruturadas realizadas com os habitantes da ocupação demonstram a visão singular de cada morador sobre o trabalho jornalístico desenvolvido naquele local. As pessoas entrevistadas no interior da ocupação destacaram a potência do jornalismo para fazer ecoar as poucas vozes daqueles que ousaram revelar suas respectivas histórias.

Os elementos aqui trabalhados proporcionam, portanto, uma discussão que também pode ser útil para melhor compreensão de como as mídias impactam a vida das pessoas de quem se extrai informações.

A reportagem na ocupação da Vila Serrinha

Um motoboy de 30 anos mora na Vila Serrinha com sua esposa e sua pequena filha, de quatro anos. Saiu de Cláudio Manoel, um dos distritos de Mariana. Não conseguia mais pagar o aluguel e decidiu seguir para a Vila Serrinha, de modo a garantir moradia para a família. Certa vez chegou a ter sua casa derrubada por guardas municipais, mas, com a ajuda de alguns amigos, conseguiu recolocá-la de pé. Outra família, com uma criança de três anos, mora ali, bem perto. A mãe trabalha como vendedora em Mariana, e acha que não teria onde morar se não fosse a ocupação. Na

vila também mora um rapaz de Belo Horizonte, que foi parar ali após se ver em apuros em razão de envolvimento com o mundo do crime. Na Vila Serrinha, pôde recomeçar seu percurso com trabalho novo, novos amigos e uma vida correta. Ele é amigo de um pedreiro que construiu sua casa durante uma madrugada, mudando-se para lá com a esposa em um dia frio. Na sua casa há, hoje, uma pequena horta e uma criação de galinhas. Todas essas pessoas são personagens do *podcast* produzido pelos dois repórteres que se dispuseram a passar longos períodos na ocupação.

O percurso da reportagem foi longo. Em entrevista, os autores da produção, Amanna Nunes e Pedro Henrique Vieira, afirmam que a intenção de dar protagonismo às histórias de cada entrevistado da ocupação está relacionada a um incômodo resultante de um cenário que ambos observam: o descaso do poder público local para com os moradores da ocupação e o processo de invisibilização dessas pessoas por parte da mídia local e nacional. Essa concepção é agravada por uma segunda constatação: a de que veículos de comunicação optaram há muito por representar essas pessoas como figuras marginais e violentas, reduzindo-as às experiências que envolvem eventuais comportamentos em desacordo com a lei. Como assinalam Angie Biondi e Ângela Marques, é como se “esses sujeitos e grupos fossem menos dignos de valor diante do olhar de um espectador que presumivelmente as interroga e avalia seus modos de vida e condutas” (BIONDI; MARQUES, 2020, p.3).

A produção do *podcast* envolveu, segundo os repórteres, etapas diversas, exigindo técnicas muito específicas. Para além dos procedimentos comuns no desenvolvimento desse tipo de produto – tais como a elaboração do roteiro, a feitura das entrevistas, a escolha de trilhas sonoras, a edição e todas as etapas de finalização – houve a necessidade da aplicação de técnicas que, na realidade, respondiam a necessidades inesperadas (e que exigiam ações pontuais, singulares). Primeiro, um levantamento de contextos que não estavam em documentos ou em livros – até porque pouco se registra sobre situações irregulares, como é o caso das ocupações. A reportagem demandou, assim, longas caminhadas pela região, bastante conversa com os transeuntes, bem como um exercício de fazer com que as pessoas do lugar se familiarizassem com dois profissionais da imprensa que só faziam perguntar, tirar dúvidas, registrar imagens e falas – sempre que autorizados pelas fontes. Tudo isso num contexto ainda afetado pela pandemia de Covid-19, já que o trabalho de investigação

iniciou-se ainda em 2021. Ao final de 2022, os repórteres já conseguiam se adentrar nas casas para um café e conversas ainda mais alongadas. Em entrevista, ambos manifestam satisfação por terem conseguido acessar temas delicados e, muitas vezes, doloridos. Expressam também um desejo latente de ajudar os moradores da ocupação a partir da divulgação dos problemas que os afligem.

O esforço dos repórteres na Vila Serrinha guarda relação com aquilo que, no século XX, popularizou-se como a Teoria da Responsabilidade Social no jornalismo – uma concepção que toma o jornalista como um protetor – daí a ideia do cão de guarda – dos interesses públicos e da democracia. Tal teoria encontrou espaço na profissão e é um dos seus elementos mais canônicos. Entretanto, na esteira do neoliberalismo, o conceito de “interesse público” foi deturpado em razão dos interesses das classes dominantes e dos grupos hegemônicos – pois o “interesse público”, nessa perspectiva econômica, passou a ser aquele fundado no desejo das parcelas mais endinheiradas da população (SOUZA, 2018). O resultado disso, de acordo com Kovach e Rosenstiel (2004), é a descrença de boa parte da população na atividade jornalística, já que seus interesses perdem lugar para os interesses da elite no mercado de notícias. Segundo os autores, “as pessoas mais e mais veem a imprensa como parte do sistema do qual se sentem distanciadas, em lugar de um serviço público que age em seu nome.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 160-161).

Não chega a surpreender, portanto, que numerosos acontecimentos e temas que afetam o cotidiano das parcelas mais pobres da população sejam, não poucas vezes, negligenciados pela mídia hegemônica. A literatura registra que essa postura da mídia é notada, em especial, em episódios ligados à questão da moradia e à ocupação de propriedades privadas. Não raras vezes, os grandes meios de comunicação ora optam pelo silêncio, ora noticiam apenas as ações de protesto, como observa Karleany Silva (2017), que analisou a cobertura midiática da Folha de S. Paulo acerca das ocupações no centro da cidade e as ações do Conselho Municipal de Habitação de São Paulo (CMH/SP), no período de 1997 a 2016. A pesquisadora argumenta que somente manifestações públicas desses grupos foram de fato capazes de engajá-los na mídia, um importante espaço pré-político.

Segundo Ricardo Duarte (2012), diante da hegemonia dos grandes grupos de comunicação, e de sua submissão aos interesses da elite, é importante a construção de

microrredes integradas de pequenos *media*, de forma a disseminar debates socialmente relevantes tais como a fome, a moradia e a prostituição, entre outros. O autor defende que, ao tornar público um tema dessa envergadura, ele ganha um espaço de discussão pré-política, ou seja, passa a ser amplamente debatido pelo povo, pelo cidadão comum – o que aumenta sua visibilidade e chances de chegar às instâncias de deliberação política. O podcast sobre a Vila Serrinha, apesar de não constituir uma rede, contribui para o debate sobre moradia, uma vez que foi publicado no *YouTube*, plataforma de audiovisual largamente utilizada no Brasil e no mundo. Com isso, as questões de Vila Serrinha ganharam mais espaço e relevância na esfera pública.

O podcast *Se essa vila fosse minha* traz relatos marcados pela oralidade, e é possível perceber o esforço dos produtores para criar uma conversa informal, íntima e respeitosa com suas fontes. Isso favoreceu para que os entrevistados se abrissem, contando, inclusive, detalhes de sua vida pessoal. É o caso do entrevistado que revelou seu envolvimento com o crime antes de se mudar para Mariana.

A ideia dos repórteres era a de que o produto sonoro ajudasse a dar visibilidade e reconhecimento à difícil situação dos moradores da Vila Serrinha, de forma que os problemas elencados pudessem impulsionar o debate social, conquistando os espaços de deliberação política. Após a veiculação pelo *Youtube*, a história dos moradores da Vila Serrinha começa a chegar a outros bairros da cidade e aos pequenos jornais do município. A expectativa é de que o tema alcance pessoas ligadas à esfera pública a partir da inserção desse tipo de debate na mídia local. Desta forma, é possível que se abram caminhos para que as camadas mais pobres da população de Mariana – em especial os moradores da ocupação –, possam levar questões específicas ao governo local e, a partir de uma discussão ampla, acessar seus direitos mais básicos junto à máquina pública.

Em entrevista para essa pesquisa, os moradores entrevistados afirmaram acreditar que o *podcast* poderá ajudá-los, levando suas histórias de luta e resistência para a população marianense, descriminalizando-os e colocando suas necessidades na ordem do dia. Eles reiteraram sua confiança no jornalismo e nos profissionais - à época estudantes - que receberam em suas casas. Por fim, se mostraram receptivos a futuros jornalistas que, com suas inquietações, estejam dispostos a procurá-los e contribuir para

levar suas causas ao tão importante espaço pré-político, que antecede os espaços deliberativos da política.

Conclusão

Ao descrever e discutir a cobertura jornalística dentro de uma ocupação urbana – a Vila Serrinha, na cidade de Mariana (MG) –, este artigo propõe reflexões sobre a função social do jornalismo diante de cenários de desigualdade social e precarização. Foram abordados elementos importantes da prática jornalística e da construção de narrativas a partir da participação ativa das fontes, abrindo caminho para novos debates sobre abordagens possíveis a sujeitos que enfrentam cenários de opressão e de inviabilização nos espaços públicos.

A pesquisa baseou-se numa análise dos processos de entrevista, gravação e edição de uma série em *podcast* produzida por alunos do curso de Jornalismo da UFOP entre os anos de 2021 e 2022. Entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade contemplada revelaram o sentimento das fontes em relação à prática jornalística e ao produto final. Numa segunda etapa, entrevistas realizadas também com as/os autores das reportagens analisadas indicaram a força do *ethos* jornalístico, mas também as potencialidades das coberturas voltadas para os interesses das comunidades que vivem em situações de grande vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BIONDI, Angie; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Crying girl on the border**: a colonialidade de gênero na fronteira das imagens. Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2020.

DICIONÁRIO PRIBERAM DE LÍNGUA PORTUGUESA ONLINE. **Verbetes da palavra “Solidariedade”**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/solidariedade>. Acesso em 15. ago.2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-1985-2007/>. Acesso em: 15 ago.2023.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **O espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações.** In Termo de Mariana. História e Documentação. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998.

GRACINO JÚNIOR, Paulo. **Mariana – da cidade patrimônio a cidade partida.** Patrimônio e Memória, Assis, v. 3, n. 2, p. 147-170, junho de 2007.

GRACINO JÚNIOR, Paulo. **Visões da Cidade: memória, poder e preservação em Mariana.** Revista Vivência. Natal: UFRN. 2005. 179-199.

KANEHIDE, Jorge Ijuim. **A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire.** Em Questão, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31 - 43, jul./dez. 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo.** São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MAIA, Leticia Costa de Castro. **A questão habitacional como mercadoria: um estudo sobre a ocupação Alto Rosário em Mariana (MG).** 2017. 56 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/611> . Acesso em 15 ago.2023.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A Questão Habitacional no Brasil.** Mercator, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. p. 1-13. Julho, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 ago.2023.

NUNES, Amanna.; PIRES, Pedro Henrique Vieira. **Se essa vila fosse minha: relatos sonoros das vivências na ocupação Vila Serrinha.** 2022. 72 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

PERDOMO, Nidiane Saldanha. **A função social do jornalismo no mercado de notícias.** 2015. 62 f. Monografia (graduação) – Curso de Comunicação Social – Jornalismo, Departamento de Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Karleany Gonçalves da. **Mídia, esfera pública e a luta por moradia: uma análise comparativa da cobertura da Folha de São Paulo sobre as ocupações de imóveis ociosos e o Conselho Municipal de Habitação em São Paulo.** 2017. 49 f. Monografia (graduação) – Curso de Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Maria de Jesus Venâncio. **Direito à Moradia:** reflexões sobre a Política Pública de habitação no município de Mariana (MG). 2019. 55f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

SILVA, Ricardo Duarte Gomes da. **O papel social do jornalismo cívico e a interação midiática entre o jornalista e as minorias sociais.** Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 52-65, jan. /jun. 2012.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho:** sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018. 288 p.

TAVARES, Ruzimar Batista. **Atividades extrativas minerais e seus corolários na bacia do alto Ribeirão do Carmo:** da descoberta do ouro aos dias atuais. 2006. 103 f. Dissertação (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2006.